

Pandemia

Cinco anos após a proliferação global da **Covid-19**, especialistas em distintas áreas comentam lições deixadas pela crise sanitária

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Em 2025, mesmo com o calendário católico ter deslocado a maior festa pagã brasileira para março, a presença de foliões nas ruas do Rio de Janeiro continuou a se estender Quaresma afora, com turistas resistentes em se despedir do Carnaval, desfilando suas fantasias por ruas, bares e restaurantes. Estimativas da Prefeitura apontam que este ano a festa atraiu 8 milhões de participantes desde o início de fevereiro – 1 milhão a mais do que em 2024 –, movimentando R\$ 5,7 bilhões na economia carioca. Para Armando Castelar, pesquisador associado do FGV IBRE, nesse crescimento pode haver mais ingredientes do que o conhecido fermento momesco. “Ainda que seja apenas uma percepção, parece-me que desde a crise sanitária as pessoas mudaram suas expectativas de consumo, passando a valorizar mais a experiência



na hora de definir como gastar seus recursos, buscando opções como viagens e programas culturais”, diz. Alguns números indicam que a tese de Castelar tem fundamento, e pode se somar à influência do bom momento da economia e do mercado de trabalho nessa animação. Cálculos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado de São Paulo apontam a um faturamento recorde do turismo no Brasil em 2024, de R\$ 207 bilhões, representando um aumento de 4,3% em relação a 2023. Por sua vez, a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape) estima que o consumo no setor acumulou um crescimento de 6,2% em 2024 em relação ao ano anterior, bem acima do resultado agregado do PIB, chegando a R\$ 131,8 bilhões.

A experiência da Covid-19 impôs severas medidas de isolamento social à população global especialmente em 2020 e 2021. Somente no Brasil, 715 mil pessoas morreram por conta do vírus. O momento mais crítico foi no primeiro semestre de 2021, mas os casos fatais continuam a ser contabilizados: este ano, até o início de março, as mortes por Covid-19 já superavam 700. Inquestionavelmente, foi um período que deixou marcas individuais e coletivas, influenciando o comportamento de consumidores e empresas aqui e mundo afora. Se essas mudanças são permanentes, entretanto, é uma de várias questões às quais pesquisadores ainda se debruçam para entender. O mesmo acontece para identificar, por exemplo, em que medida a pandemia foi determinante de um mundo mais inflacionário e com déficits públicos

maiores. Levando em conta que outros choques de distintas naturezas se seguiram à crise sanitária, como questões climáticas que afetaram preços e abastecimento de alimentos, e a guerra entre Rússia e Ucrânia, que impactou significativamente fornecimento de insumos e produtos agrícolas e abastecimento de gás para produção de energia na Europa, trata-se de uma tarefa não trivial.

Para Castelar, o Brasil foi bem-sucedido em mitigar riscos econômicos da pandemia para famílias e empresas, ainda que às custas de um forte aumento do gasto público, de cerca de 8,6% do PIB, acima da média de 4% do PIB entre os países latino-americanos, e de 6,3% no mundo, de acordo à base de dados Economic Stimulus Index. “Lidou-se razoavelmente bem com as consequências sociais do ponto de vista da transferência de renda. Foi uma surpresa positiva a capacidade dos instrumentos de polí-

tica econômica lidarem com um choque extremamente adverso”, diz. As despesas com auxílio emergencial de fato foram a maior rubrica dentro da lista de gastos referente à pandemia, que forçaram a aprovação de uma licença para gastar além do permitido pelo arcabouço fiscal então vigente. Com isso, o déficit primário do setor público consolidado subiu de 0,84% em 2019 para quase 10% do PIB em 2020. “Foi uma decisão justificável, pois havia muita incerteza quanto ao cenário adiante. Era preciso garantir uma injeção de recursos que se ima-



ginava necessária naquele momento”, diz Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO) do FGV IBRE. O problema nesse caso, convergem Pires e Castelar, não foi o da dose escolhida no momento de alta incerteza, mas a dificuldade observada no Brasil em descontinuar benefícios. Castelar lembra da teoria em economia comportamental que diz que é mais difícil tirar algo que se deu que não tê-lo dado, e que, no Brasil, parece que essa tendência se exagera. É o que também defende a economista Zeina Latif na entrevista deste mês (pág. 14), ao apontar “um problema de governança que está no cerne do gigantismo dos gastos públicos do país”, o qual não tem qualquer relação com a pandemia. “De fato, temos o mau hábito de não saber reduzir essas políticas”, afirma Pires, citando como exemplo o Programa Emergencial para a Retomada do Setor de Eventos (Perse). Criado em 2021, o Perse já representou uma renúncia de arrecadação de cerca de R\$ 60 bilhões em impostos federais, sem contar as condições mais vantajosas para pagamento de dívidas, com desconto de até 70% no valor e extensão de prazo. A última lei que prorroga o programa, sancionada pelo presidente Lula no ano passado, garante sua vigência até 2026, com limitações.

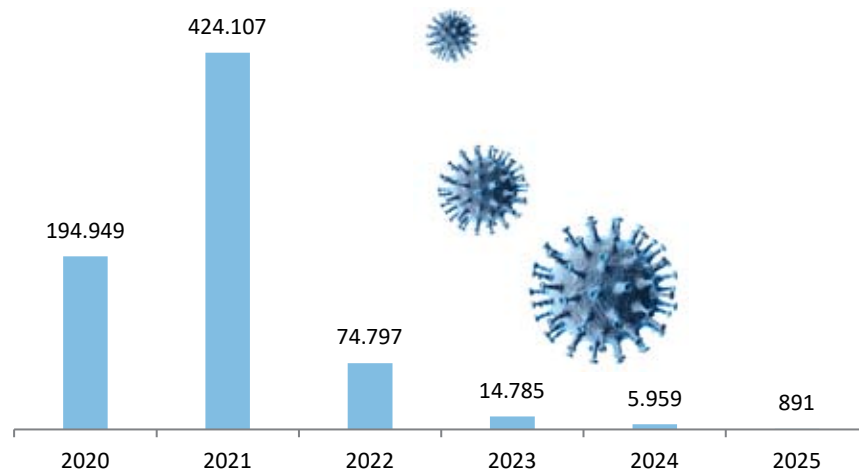
“Há também uma postura de governo de estimular consumo via gasto que já tínhamos provado antes da pandemia – o resultado primário do governo tinha voltado a ser deficitário antes da Covid-19 –, e isso tampouco tem a ver com a questão sanitária e nosso sucesso em lidar com suas consequências no campo econômico. Tal como aconteceu na gripe espanhola,

acho que pouco ficará registrado nos livros sobre a Covid-19 em termos de influência econômica. Os problemas que carregamos hoje não vêm daí”, reforça Castelar.

Pires, por sua vez, defende que a pandemia trouxe alterações na narrativa do papel do Estado na economia. “Desde então, com o reconhecimento de questões como o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) para a sociedade, começou a ganhar força a ponderação de que não se

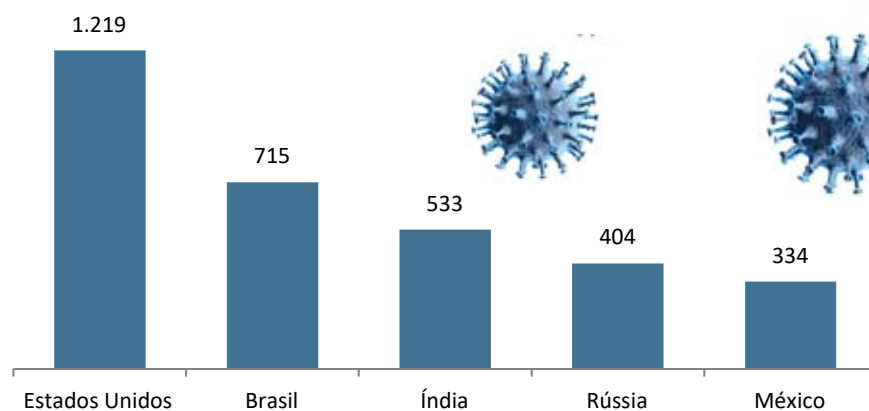
pode fazer ajuste apenas pelo lado do gasto, sendo necessário olhar também para o lado da receita”, diz, somando ainda a influência do debate das mudanças climáticas nessa reavaliação do papel do Estado na agenda da transição energética. Mas o economista reconhece que essa história ainda não acabou, pois o crescimento da atividade brasileira em ritmo sequencialmente mais alto do que o esperado desde a recuperação da crise sanitária – o qual ele atribui

Óbitos por Covid-19 notificados no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde. 2025 = acumulado nas primeiras 10 semanas.

Mortes por Covid-19 acumuladas, principais países, em mil



Fontes: Ministério da Saúde do Brasil, Organização Mundial da Saúde, 2025.

não só a impulsos fiscais, mas a um contexto mais favorável para o Brasil no âmbito internacional relacionado à agenda ambiental, tanto para o investimento quanto para as exportações – ainda é acompanhado de um cenário negativo em termos de juros e inflação, que precisa ser equacionado. “A grande questão que temos hoje é como emplacar uma estratégia de melhoria da gestão fiscal em um contexto de dívida pública alta e carga tributária já majorada, que é nosso grande ponto de vulnerabilidade”, afirma, destacando que o panorama dos juros – especialmente a curva de longo prazo – é sensível para a atração desses investimentos “verdes” para os quais o Brasil é grande candidato.

Gastos com a pandemia nos primeiros 2 anos

em R\$ bilhões de 2021

Auxílio emergencial	353
Fundos garantidores de investimentos	78
Auxílio a estados e municípios	60
Saúde pública	67
Manutenção de empregos	41
Aquisição de vacinas	24
Financiamento para pagamento de salários	7
Outros	6
Aportes para empréstimo do BNDES	5
Financiamento de infraestrutura turística	3
Total	645

Fontes: IBGE e Portal da Transparência.

“Nunca subestime a inflação”

Para José Julio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV IBRE, uma lição que fica, para o Brasil e a maioria das economias, é a de não subestimar a inflação. Ele recorda que, para os bancos centrais das principais economias desenvolvidas, o desafio de política monetária antes da pandemia era inverso, de elevar a inflação para alcançar a meta. “Eram taxas de inflação, especialmente nos Estados Unidos, que estavam rodando ao ritmo inferior à meta. As autoridades monetárias americanas já tinham feito muita coisa, mantido os juros em zero por muito tempo, feito expansões quantitativas, e não conseguiam fazer a inflação subir”, descreve.

Foi esse contexto, lembra Senna, que levou o Fed a mudar a rota na revisão de estratégia promovida

quinquenalmente, em 2020, quando ainda não tinham percebido a força, em matéria de inflação, que a pandemia tinha trazido consigo. “Nesse momento, o Fed havia decidido abandonar a ideia da ação preventiva para agir somente quando olhasse a inflação no olho, quando esta realmente tivesse dado o ar da graça”, diz. O fato, entretanto, é que os choques promovidos pela crise sanitária ofereceram a combinação perfeita para que a pressão de preços chegasse com tudo, unindo restrições do lado da oferta a uma expansão de demanda também fora do radar. Confinadas em suas casas, as famílias investiram em mais bens duráveis, visando ao bem-estar em suas residências e à adaptação destas ao trabalho e estudo remoto. As empresas, por sua vez, sofriam com a inibição do processo produtivo devido às regras de isolamento e gargalos logísticos que atra-

savam o suprimento de componentes. Entre as imagens emblemáticas dessa conjuntura, lembra Senna, estavam a de filas de navios à espera para atracar nos principais portos do mundo.

“Tudo isso aconteceu quando o Fed recém havia definido que a estratégia que valeria para os cinco anos seguintes era a de abrir mão de políticas preventivas para estimular o gasto de famílias e empresas”, reforça Senna. Isso colaborou para que o banco central americano chegasse com um certo atraso para a luta contra a inflação. O ex-diretor do BC brasileiro afirma que, para ser bem-sucedido, hoje o Fed precisa avaliar o grau de restrição da política monetária a partir do comportamento das condições financeiras. “Embora os juros americanos de política monetária, em termos reais, aparentemente estejam acima dos juros de equilíbrio, vimos a bol-

sa subindo até pouco tempo atrás, *spreads* nos mercados de capitais em mínimos históricos tanto os papéis emitidos por empresas de primeira linha quanto as que apresentam maior risco”, ilustra.

Já para a definição da tática do banco central americano para os próximos cinco anos, que começou a ser feita e deverá ser anunciada no final do verão americano, Senna avalia que a instituição levará muito em conta o que aprendeu na história recente. “Isso certamente os levará a considerar uma volta ao olhar mais preventivo”, diz, lembrando que o governo Trump é mais um elemento que demanda precaução, dada a tendência inflacionária de certas políticas que o presidente defende em seu atual mandato. “Em qualquer economia, forçar um crescimento contínuo via aumento de estímulos é negativo. Nos Estados Unidos, por exemplo, há muita preocupação com o fato do déficit público rodar na casa dos 6% do PIB ao ano, sem perspectiva de mudar – e não por causa da pandemia”, diz, defenden-

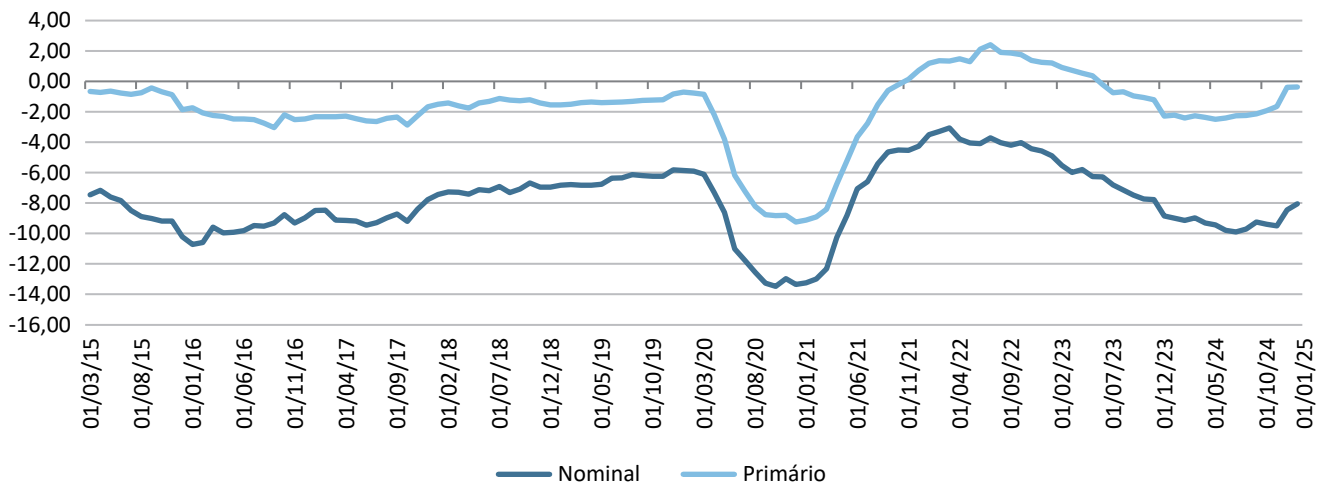
Os eventos da pandemia
convenceram as pessoas de
que não é estrategicamente
interessante, mesmo que seja
financeiramente eficiente,
concentrar toda a produção
do outro lado do mundo

do que haveria margem para um comportamento mais contido de política fiscal.

No governo Trump, essa preocupação se amplia para outras áreas, como a migratória e a comercial, cujas políticas defendidas por Trump também tendem a pressionar custos. Livio Ribeiro, pesquisador do FGV IBRE, aponta que se a intensificação do questionamento das benesses

da globalização das cadeias de valor foi uma herança da pandemia, mas que Trump levou esse discurso a outro patamar. “Os eventos da pandemia convenceram as pessoas de que não é estrategicamente interessante, mesmo que seja financeiramente eficiente, você concentrar toda a sua produção do outro lado do mundo”, diz, lembrando que a China foi o principal alvo desse movimento, ao dominar a produção e fornecimento de produtos e insumos que foram de seringas e luvas a chips. “A indisponibilidade de transporte e de componentes travou boa parte do processo produtivo em várias das principais economias do planeta”, lembra Renato Baumann, economista do Ipea, destacando que o custo do transporte permaneceu alto por um longo tempo, devido ao *backlog* de mercadorias a serem transportadas. “Do ponto de vista restrito da logística, por exemplo, isso pode explicar parte da preocupação do presidente Donald Trump com relação ao Ártico. Com o degelo, têm se tornado viáveis algumas rotas pelo Ártico, e isso passa

Resultado do setor público consolidado, % do PIB em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil.

muito próximo do Alasca, da costa dos Estados Unidos”, descreve Baumann. “Quando o Trump fala que é segurança nacional, ele não tá totalmente errado, levando em conta que Rússia e China já estão mais ativas no sentido das rotas pelo Ártico.”

Baumann destaca, entretanto, que a ideia de reavaliação das cadeias de valor a partir de estratégias como do *nearshoring* e *friendshoring* das quais tanto se falou nos últimos anos, passa agora por nova revisão. “Dado o tratamento que o governo Trump está dando hoje a parceiros como Canadá e México, é difícil pensar em parcerias para atrair empresas para mais perto, como forma de garantir o abastecimento de insumos”, diz.

Ribeiro lembra que, por si só, essas estratégias já apontavam a um mundo “mais caro”. “De forma mais ou menos organizada, essa questão de segurança de abastecimento que emergiu com a pandemia já levava uma preferência deliberada por se pagar mais caro para se ter mais controle dos processos”, diz. Baumann também destaca que, nessa esteira, observou-se algo “sem muito precedente histórico, que são as principais economias ocidentais adotarem documentos de política industrial de forma explícita em todos os casos com o argumento de segurança nacional”. Historicamente, esses países sempre criticaram as economias em desenvolvimento por ter política industrial, escolhendo campeões nacionais, lembra Baumann. “De repente, entretanto, a explicitação de documentos de política industrial com base em segurança nacional – com muita referência à China, mas também a essa preocupação com a infraestrutura para competitividade e acesso a insumos.”

Perdas medidas em capital humano

Diante do choque e da dor pelo número de mortes por Covid-19 no Brasil, uma questão que fugiu da cobertura imediata da mídia, mas que esteve no radar dos pesquisadores do FGV IBRE, foi o impacto que essas perdas representariam para a economia do país. Claudio Considera e Juliana Trece, responsáveis pelo Monitor do PIB, calcularam quanto essas vítimas ainda poderiam colaborar para a economia brasileira com seu capital humano – como se conhece o grupo de conhecimentos e habilidades adquirido por cada pessoa – caso tivessem sido protegidas. Considerando o rendimento mensal do trabalho das pessoas de 20 a 69 anos separado por nível de instrução e sexo, somado à mais a renda daqueles com mais de 70 anos, os economistas do IBRE constataram que os 650 mil mortos por Covid-19 no Brasil nos dois primeiros anos de pandemia teriam potencial de gerar um rendimento anual de R\$ 16,5 bilhões de 2022. Em outro exercício, os economistas calcularam quanto as 326,3 mil pessoas vítimas com idade entre 20 e 69 anos poderiam produzir e gerar de rendimento a partir de suas expectativas de vida, chegando ao montante nominal de R\$ 285,9 bilhões.

Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE, lembra que, para o Brasil, a atual conjuntura externa é especialmente complicada. “A gente nunca se integrou plenamente nas cadeias. Agora, se a tendência for de fechamento dessas, com a tendência de um mundo mais protecionista, será ainda mais desafiador remar em busca de uma maior integração”, afirma. Baumann soma mais dados a esse cenário. “Hoje o Brasil tem uma crescente dependência de bens de produção chineses e de outros países asiáticos, o que influencia sua estrutura produtiva; o capital estrangeiro direto no país, entretanto, continua predominantemente europeu; e não lhe interessa romper relações comerciais com os Estados Unidos”, descreve, ilustrando o de-

safio de política externa imposto ao país, ao que ainda inclui Brics, do qual este ano tem a presidência, e a agenda climática – com foco imediato para a organização da COP30. “Um tema que tem emergido, de dois meses para cá, é sobre o mundo das agências multilaterais sem a presença dos Estados Unidos. Levando em conta a saída do país de alguns órgãos, e supondo que essa tendência se intensifique, alguns autores até aplaudem a possibilidade de se redesenhar o processo decisório mundial em outras bases”, diz. Por ora, entretanto, a única garantia é a da imprevisibilidade, e de um mundo ainda mais desafiador caso uma nova pandemia surgisse, demandando ações de cooperação para salvar os humanos que hoje dominam o planeta. ■

Mercado de trabalho

Novos formatos

A possibilidade de manter atividades em funcionamento de forma remota em meio ao isolamento social transformou o mercado de trabalho e ainda hoje abre possibilidades antes impensáveis nesse campo, graças ao apoio da tecnologia. Se no início da pandemia o privilégio de transferir o trabalho presencial para dentro de casa alimentou uma importante desigualdade em relação a uma parcela da sociedade impossibilitada de migrar suas atividades para plataformas digitais durante o *lockdown* – da qual fazem parte ocupações menos sofisticadas e muitas vezes informais –, o chamado *home office* colaborou, por outro lado, para que muitos trabalhadores ganhassem maior flexibilidade para conciliar uma atividade remunerada com outras responsabilidades, como as familiares.

A consolidação da oferta de trabalho remoto ou híbrido, entretanto, ainda não está totalmente dada. Em muitos segmentos, observa-se mais recentemente um movimento pelo retorno à atividade presencial, não totalmente apoiada pelos trabalhadores. Já no final de 2023, pesquisas especiais realizadas no âmbito das Sondagens do FGV IBRE mostravam um maior grau de satisfação daqueles que mantinham seu trabalho remunerado total ou parcialmente em casa – entre os quais apenas 12,5% afirmavam que preferiam estar trabalhando totalmente fora de casa –, em detrimento dos que já tinham voltado 100% para o presencial. Nesse grupo, 49,7% disseram à época preferir que seu trabalho fosse total ou parcialmente em casa. Os entrevistados



declararam que o tempo economizado no deslocamento ao trabalho, quando faziam *home office*, era dedicado principalmente para afazeres domésticos (25,4%), lazer (21,6%) e estudo ou cultura (19,7%) (estudo completo aqui: <https://go.fgv.br/1GAK26Xl0Sg>).

Em artigo publicado no Blog do IBRE ([link: https://go.fgv.br/3n5P6yXOXFr](https://go.fgv.br/3n5P6yXOXFr)), Fernando Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, destacou os resultados de um estudo de coautoria de Steven Davis que demonstra heterogeneidade na adoção do trabalho remoto tanto entre setores quanto entre regiões do globo – sendo a penetração desse modelo menos intensa em países em desenvolvimento, refletindo diferenças tanto no perfil econômico quanto de escolaridade média dos trabalhadores em relação às economias desenvolvidas – levando em conta a forte correlação positiva do *home office* com o nível de escolaridade. O estudo também revela uma impressão favorável de empresas e trabalhadores quanto ao nível de produtividade alcançado com o trabalho remoto durante a pandemia, e a vantagem dos ganhos de flexibilidade – o que inclui a escolha do local de moradia em função do custo, por exemplo. Outro dado da pesquisa foi a identificação de uma moderação das pressões salariais com esse modelo de trabalho, apontando dados dos EUA de que cerca de 40% das empresas expandiram as oportunidades de trabalho remoto com o objetivo de moderar pressões salariais por parte de seus empregados.

Estudo revela uma impressão favorável de empresas e trabalhadores quanto ao nível de produtividade alcançado com o trabalho remoto durante a pandemia

Em entrevista para a *Conjuntura Econômica* em janeiro, José Pastore, professor da USP, afirmou que a questão da produtividade no *home office* ainda é controversa na literatura destacando, por exemplo, estudos que apontam que o aumento de produtividade do *home office* não acontece em todas as atividades. “Mundialmente, entretanto, há uma tendência das empresas em querer voltar para o trabalho presencial, sob a alegação de que isso é importante para a convivência do trabalhador dentro da empresa”, afirmou. “Notou-se também que o *home office* puro inibe as promoções e afeta os planos de carreira. Para a empresa, também há ganhos no presencial, porque a cultura organizacional se propaga melhor, problemas são resolvidos mais depressa. Então, recentemente há um movimento mundial de se querer voltar para o presencial”, reiterou Pastore, destacando, entretanto,

que as empresas que o fizeram por completo ainda não são maioria, prevalecendo o modelo híbrido.

Uberização

Outra tendência que ganhou impulso na pandemia foi a do crescimento do trabalho por aplicativo, em geral serviços de transporte e entrega. Apesar de também serem identificados como alternativas que proporcionam maior grau de flexibilização a seus ofertantes, também são relacionadas a uma precarização da oferta de trabalho. Em suas colaborações para a revista *Conjuntura Econômica*, Nelson Marconi, professor da FGV Easp, contribuiu para essa análise. Em artigo da edição de julho de 2024 ([link: https://go.fgv.br/CMCXaKg309n](https://go.fgv.br/CMCXaKg309n)), Marconi analisou a mudança na composição setorial e nos vínculos empregatícios no mercado de trabalho brasileiro de 2012 e o primeiro trimestre de 2024, identificando que o grande responsável pela variação do número de trabalhadores ocupados até então foi o grupo dos por conta própria, com 43% do total, sendo que o setor com maior variação foi o dos transportes, o que confirmaria a propalada “uberização”. Nesta edição (pág. 30), Marconi destaca novos indícios de precarização. Ele aponta que o bom momento atual do mercado de trabalho – com baixo nível de desemprego e alto nível de formalização – se dá com empregos de menor qualidade, levando em conta o salário relativo praticado, e mesmo a remuneração para as ocupações que demandam trabalhadores mais qualificados também se reduziram em termos relativos. (S.M.)

Saúde – entrevista

“Se houvesse outra pandemia, imagino que estaríamos em um ponto parecido ao de cinco anos atrás”

Paulo Almeida, diretor-executivo do Instituto Questão de Ciência

No início da pandemia, identificou-se um aumento da desigualdade que se estendeu à saúde, na disputa por imunizantes. Qual balanço faz hoje desse momento, em especial para o Brasil?

A percepção que existe é que houve um senso de urgência e muita movimentação enquanto a pandemia estava ocorrendo. Apesar de que, naquele momento, o Brasil estava sob um governo que inicialmente demorou para tomar ações e tinha resistência quanto à comunicação pública sobre a urgência do tema e as medidas que deveriam ser tomadas, aconteceram alguns movimentos que deixaram resultados de longo prazo. Principalmente no âmbito do governo federal, houve algumas mudanças que valorizaram a estrutura de saúde. Um exemplo foi o Programa Nacional de Imunização (PIN), que se tornou um órgão de *status* hierárquico mais alto dentro do Ministério da Saúde, com maior capacidade de autonomia de execução de orçamento. Isso foi um legado muito positivo.

Ao mesmo tempo, surgiram muitas oportunidades que a gente acha que o Brasil deixou passar. Por exemplo, apesar de o país ter organizações com capacidade tanto técnica quanto científica de produção de imunizantes para atendimento, por



exemplo, da América Latina, estas precisaram recorrer a agentes externos que encaminhavam IFA (princípio ativo das vacinas) para envasar e distribuir aqui. Poderíamos ter aproveitado essa oportunidade, inclusive o influxo de recursos no momento em que governos nacionais e internacionais e agências de fomento estavam interessadas em criar esse tipo de estrutura que deixasse um legado, um impacto de longo prazo, mas isso não aconteceu. O que houve naquele momento, e continua acontecendo agora, é que estamos perdendo capacidade de inovação em imunização humana no país. Tanto poderíamos fazê-lo que, no campo da imunização animal, por exemplo, acontece o contrário, estamos melhorando bastante. Seria importante incentivar a iniciativa privada a também investir nesse segmento, quem sabe com desenhos mais descentralizados de políticas de apoio.

O fato é que, para uma próxima pandemia, estaríamos no mesmo ponto em que estávamos em relação à pandemia da Covid-19 quanto à produção de IFA, mas também em capacidade instalada de vacinação, distribuição, e isso é um problema.

O recente acordo para a produção de uma vacina contra a dengue 100% nacional não seria um avanço brasileiro nesse campo da imunização?

Hoje essa vacina é produzida pela farmacêutica japonesa Takeda, ainda está em desenvolvimento pelo Instituto Butantan, e ainda tem uma rota de aprovação, como pela Anvisa. Por enquanto, trata-se de uma promessa. Infelizmente, na área de saúde, o que

Precisamos de campanhas maciças de comunicação que sejam organizadas, metrificadas para conseguirmos entender seu impacto, e segmentar por região

vem acontecendo muito ao longo do tempo é isso: andamos celebrando planos e promessas. A vacina disponível hoje não atende toda a população. Na verdade, temos um problema duplo: há pouca oferta, e a oferta disponível não está sendo esgotada. Parece algo contraditório, mas faz parte da mesma história: se a oferta ainda é pouca, a comunicação tampouco é massiva, para não gerar frustração. No estado atual, dadas as condições imediatas, esse problema deve ser atacado com capacitação de agentes locais de saúde, ações de comunicação organizadas, até que em dois, três anos, tenhamos uma distribuição de imunizantes que cubra um leque maior da população.

Considera que, depois da pandemia, melhorou a comunicação à sociedade sobre a importância da imunização?

Acho que ainda estamos devendo colocar mais ciência na comunicação à população. Hoje em dia, a área de co-

municação pública de ciência é uma área super bem estudada, com muita gente muito séria, fazendo um bonito trabalho. O que normalmente vemos, entretanto, é uma comunicação mais de cunho político.

Precisamos de campanhas maciças de comunicação que sejam organizadas, metrificadas para conseguirmos entender seu impacto, e segmentar por região. Cada tipo de queda de cobertura vacinal ou falta de melhora de índice de cobertura vacinal tem a ver com a particularidade regional, como é o exemplo do HPV no Acre, por conta do surto psicogênico que aconteceu. Então, faltam estratégias localizadas e acompanháveis, pra gente ter certeza que o que estamos fazendo de intervenção está gerando resultado.

No Brasil, o Ministério da Inovação criou um grupo de *insight* comportamental, mais voltado para iniciativas no campo da agricultura e principalmente da Receita Federal, mas tem um caminho enorme aberto para a gente conseguir resolver, a partir de boa ciência, gastando pouco dinheiro, problemas muito sérios que vão impactar o orçamento lá na frente de qualquer modo, que são as questões de saúde pública.

Há também uma percepção da importância de canais de comunicação diretos com a população, que é como boa parte consome conteúdo: em mídias sociais, por comunicação via WhatsApp. Mas fazer isso de maneira profissional e tanto quanto possível de maneira desapaixonada em relação ao viés político. Ou seja, com ações passíveis de se metrificar e auditar, para saber o que deu certo ou não. (S.M.)



Educação

Árdua tarefa

A extensão do isolamento social para conter o contágio pelo novo coronavírus afetou as crianças e adolescentes em fase escolar em diversas dimensões. Na mais direta, relacionada à aprendizagem, as avaliações demonstram que em muitas regiões ainda não foi possível retomar o nível verificado antes da pandemia. Dados mais recentes do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostram, por exemplo, que em 2023 a maior parte das redes municipais de ensino registrou notas abaixo das observadas em 2019. Esses casos representam 66% das matrículas nos anos iniciais e 65% nos anos finais do ensino fundamental do país. “No caso das redes estaduais, apenas seis unidades federativas avançaram em relação ao pré-pandemia nos anos iniciais e finais. No ensino médio, a melhora aconteceu em oito dos 27 estados. Trata-se de um impacto grande e consistente”, descreve Bernardo Baião, coordenador de Políticas Educacionais do Todos pela Educação.

Quando se olha para os índices de alfabetização na idade certa, o diagnóstico também é ruim: apenas 56% das crianças até 7 anos alfabetizadas, destaca Baião. “Isso indica estagnação em relação a 2019. Ainda que haja pequenos avanços concentrados, também vemos casos alarmantes, como o de Sergipe, em que apenas 31% dos estudantes atendem a essa meta, sem avanço em relação ao pré-pandemia”, diz o especialista, citando ainda Alagoas, com 40%.

O critério de aprendizagem tampouco é o único envolvendo crianças e adolescentes em idade escolar. A frequência às aulas também é um canal para se combater a insegurança ali-





Evolução das notas do Saeb: 2019-2023

(notas distribuídas quanto ao % de matrículas na rede estadual ou municipal)

	Rede municipal - ensino fundamental	
	Anos iniciais	Anos finais
% de matrículas com queda na nota	66	65
% de matrículas com alta na nota	34	35

	Rede estadual*	
	Anos finais do fundamental	Ensino médio
% de matrículas com queda na nota maior que 0,5	83	78
% de matrículas com evolução menor que 0,5	17	22

Fonte: MEC/Inep/Daeb. Elaboração: Todos pela Educação.

*Nenhum estado apresentou queda ou avanço maior que o referido.

mentar, já que entre famílias de baixa renda muitas vezes é na escola que se garante aos filhos a principal refeição do dia – outra frente impactada pelo isolamento. “Nesse campo, felizmente o Brasil apresentou boas respostas, com um avanço importante do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir de 2023”, diz Baião. Por outro lado, ainda se constitui um desafio o apoio à saúde mental dos estudantes. Desde a pandemia, quando as crianças se viram afastadas do convívio com colegas e professores, houve uma maior identificação de casos de insegurança emocional, ansiedade e mesmo violência, para os quais ainda não há uma resposta endereçada em termos de política pública, afirma o especialista. “Infelizmente, o que se nota em nível nacional são respos-

tas muito frágeis para esse que é um grande desafio nas salas de aula, tanto para as crianças e adolescentes quanto para os professores.”

Baião avalia que, entre as grandes tarefas herdadas da pandemia, uma das principais é a da recomposição da aprendizagem dos estudantes – lembrando que durante o isolamento houve a decisão de aprovação mesmo sem que os alunos tivessem adquirido as aprendizagens esperadas. “Hoje existe a compreensão de que não é possível permitir que uma grande quantidade de alunos fique para trás, com grandes déficits de aprendizagem”, afirma, indicando que, desde 2021, várias iniciativas de reforço escolar foram criadas tanto em âmbito estadual quanto municipal. Não mais uma dinâmica como da tradicional

recuperação de final de ano, com aulas adicionais e prova, mas programas contínuos de acompanhamento dos estudantes ao longo do ano letivo.

Outro legado importante, enunera, foi a grande mobilização – incluindo sociedade civil e instituições internacionais como a Unicef – para o combate ao abandono e à evasão escolar, com a valorização da busca ativa para que todos os estudantes garantam o acesso à educação. “Um terceiro ponto que ficou desse período, ainda muito efervescente, é a inclusão de novas ferramentas pedagógicas para o ensino e a aprendizagem”, diz, indicando a necessidade não só de aprimorar o aprendizado, mas tornar o processo mais atrativo para o aluno. “Fizemos uma pesquisa no final de 2023 em que 1/3 dos estudantes expressaram o desejo de abandonar a escola porque não viam sentido”, conta, reforçando essa necessidade de se buscar novas metodologias de ensino.

“Hoje vemos iniciativas, com uso da inteligência artificial, que buscam diversificar a forma de ensino promovendo um reagrupamento entre alunos não a partir da série, mas de acordo à idade ou nível e dificuldade”, exemplifica. “Será preciso um pouco mais de tempo para avaliar se o que tem sido promovido desde a pandemia vai gerar bons resultados. Mas é positivo ver os estados se movimentando para tornar o ensino mais atrativo – especialmente quando se trata do combate às desigualdades educacionais no país, em atenção aos estudantes mais vulneráveis. Caso contrário, continuaremos patinando nos resultados”, conclui. (S.M.)

Conferiu no Blog?

No início de março, o governo encaminhou ao Congresso a medida provisória que cria o novo crédito consignado privado. Para **Katherine Hennings**, pesquisadora associada do **FGV IBRE**, a direção dessa medida é estruturalmente positiva, mas chega em um momento complexo, no qual prover liquidez para as famílias pode ser um estímulo contrário à necessidade de conter a inflação.

<https://go.fgv.br/EQgHBzKdzQb>



Blog da CONJUNTURA
ECONÔMICA

Disponível em versão mobile e desktop